

# RTN 2021

Março

Publicado em  
29/04/2021

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Fazenda  
Secretaria do Tesouro Nacional

# Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

## Sumário Executivo

O resultado primário do Governo Central foi um superávit de R\$ 2,1 bilhões em março de 2021, frente ao déficit primário de R\$ 21,1 bilhões observado em março de 2020 (termos nominais). O resultado foi significativamente superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 30,0 bilhões.

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 22,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 20,0 bilhões. Comparado a março de 2020, o resultado primário observado decorre da combinação de um aumento real de 21,3% (+R\$ 20,8 bilhões) da receita líquida e de um decréscimo real de 3,1% (-R\$ 3,7 bilhões) das despesas totais.

O aumento da receita líquida no mês é derivado principalmente do crescimento das receitas administradas (+R\$ 18,4 bilhões), influenciado pela arrecadação extraordinária de IRPJ/CSLL (+R\$ 4,0 bilhões), aumento na arrecadação referente à estimativa mensal, balanço trimestral e declaração de ajuste anual (IRPJ/CSLL) e pelo comportamento dos tributos sobre o comércio exterior. As despesas primárias, por sua vez, foram influenciadas, principalmente, pelas reduções nos pagamentos de Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 2,9 bilhões, resultado da antecipação de parcela do abono salarial de março para fevereiro de 2021), de despesas discricionárias (-R\$ 2,5 bilhões) e de despesas de Pessoal e Encargos sociais (-R\$ 1,2 bilhão), parcialmente compensadas pelo aumento no pagamento de créditos extraordinários (+R\$ 4,0 bilhões).

Com o número de março, o resultado acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 24,4 bilhões, ante déficit de R\$ 2,9 bilhões no mesmo período de 2020 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 81,6 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 57,1 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até março, a receita líquida anotou aumento de 7,6% (+R\$ 26,4 bilhões), enquanto a despesa total diminuiu 0,4% (-R\$ 1,5 bilhão). Quanto à receita, destacam-se os aumentos nas receitas administradas (+R\$ 28,5 bilhões) e nas receitas não administradas pela Receita Federal (+R\$ 4,2 bilhões), parcialmente compensados pelo aumento nas transferências por repartição de receita (+R\$ 5,8 bilhões) e redução na arrecadação líquida para o RGPS (- R\$ 0,3 bilhão).

Do lado da despesa, no primeiro trimestre de 2021, destaca-se a redução de R\$ 7,1 bilhões nas despesas discricionárias, influenciada pela não aprovação do orçamento e pela execução mensal no regime de 1/18 do PLOA. Cabe, ainda, registrar o aumento de R\$ 7,5 bilhões nas outras despesas obrigatórias, concentrado em créditos extraordinários (+R\$ 6,9 bilhões), bem como a redução nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais (-R\$ 3,0 bilhões), quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

A divulgação do Resultado do Tesouro Nacional deste mês veio acompanhada do Relatório de Projeções da Dívida n. 1 de 2021<sup>1</sup>. As projeções do cenário base indicam que, ao

---

<sup>1</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-projecoes-da-divida-publica/2021/26>

final de 2021, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) representarão 87,2% e 65,0% do PIB, respectivamente. No médio prazo, a DBGG alcançará pico de 88,5% do PIB em 2026 e, a partir daí, iniciará trajetória declinante. Já a DLSP atingirá pico de 76,5% do PIB em 2028.

O relatório apresenta também análise de sensibilidade da dinâmica de endividamento em relação às variáveis macroeconômicas, como crescimento econômico, taxas de juros e resultado primário. Alterações na taxa de juros sensibilizam o custo da dívida de forma rápida, uma vez que existe elevada proporção de instrumentos de financiamento expostos às mudanças nos juros de curto prazo. O aumento permanente de 1 p.p. da Selic em relação ao cenário básico provoca uma elevação de 6 p.p. do PIB na DBGG ao final de 2030.

Além disso, é destacada a relevância dos gastos tributários sobre o nível de endividamento do país. Em um exercício contrafactual, se o processo de revisão dos benefícios tributários tivesse se iniciado a partir de 2012, convergindo para 2% do PIB até 2020, a dívida pública estaria em 70,5% do PIB ao final de 2020, 18,3 p.p. do PIB inferior ao patamar atual. Esse fato ressalta a importância de medidas de controle desses benefícios, o que motivou a inserção, na EC 109/2021, da exigência de envio de plano de oito anos para redução gradual de incentivos tributários.

Nos cenários prospectivos apresentados, a política fiscal do governo é ancorada pelo teto dos gastos, hipótese que é fundamental para o cenário macroeconômico equilibrado: com taxas de juros baixas, retomada do crescimento para seu produto potencial em 2,5% a.a. e resultado fiscal do setor público caminhando para o campo superavitário no médio prazo. O teto de gastos se tornou ainda mais relevante com o aumento do endividamento público provocado pelas medidas de combate aos efeitos da pandemia de Covid-19.

O Brasil continua sendo um dos países emergentes mais endividados do mundo. A previsão para a DBGG no encerramento de 2021 é de 87,2% do PIB, enquanto a média esperada para países emergentes é de 65,1% do PIB<sup>2</sup>. Dada a elevada carga tributária brasileira, o desafio da agenda fiscal continua sendo o combate ao crescimento persistente das despesas obrigatórias e à rigidez orçamentária, que reduz de forma significativa o espaço para políticas públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais. Um passo importante foi dado em 2019, com a Reforma da Previdência, mas é preciso manter o avanço dessa agenda, principalmente pela não assunção de novas obrigações permanentes e pela melhoria da qualidade do gasto público.

A manutenção da regra do teto garante que a expansão temporária da despesa neste ano necessária para o combate aos efeitos da Covid-19 não se torne permanente. Essa é a melhor estratégia para a retomada do processo de consolidação fiscal no país. A sustentabilidade fiscal é uma condição necessária para um cenário futuro promissor para a economia, pois permite a retomada dos investimentos e do emprego e cria os alicerces para o aumento sustentável de bem-estar da população.

---

<sup>2</sup> Monitor Fiscal de abril de 2021, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).